

JORNALISMO EM AMBIENTES MULTIPLATAFORMA

A imprensa alternativa nas plataformas digitais e os novos horizontes da reportagem no Brasil

Prof. Dr. André Cioli Taborda Santoro - andre.santoro@mackenzie.br

Profa. Dra. Denise Cristine Paiero - denise.paiero@mackenzie.br

Curso de Jornalismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo – Brasil

Resumo

Presente no Brasil durante a última ditadura militar (1964 a 1985), a imprensa alternativa se caracterizou pela existência de veículos impressos que mantinham uma linha editorial marcada pela defesa da democracia. Três décadas depois, com a consolidação do jornalismo digital, o fenômeno ressurgiu com base em novos paradigmas, fundados principalmente na ampliação e na contestação das coberturas realizadas pela mídia tradicional. Nos concentramos, neste artigo, na Agência Pública, que valoriza, em sua linha editorial, reportagens sobre direitos humanos e temas socialmente relevantes.

Palavras-chave: imprensa alternativa; jornalismo digital; direitos humanos

Introdução

O cenário contemporâneo é fértil em discussões sobre a transformação do jornalismo na era digital. As reflexões, no entanto, concentram-se ora no enfraquecimento dos veículos impressos, ora nas possibilidades tecnológicas que a internet oferece ao desenvolvimento de coberturas jornalísticas. Sobre o primeiro tópico, diversos autores já ofereceram visões que percorrem um amplo espectro de diagnósticos e previsões, com indicadores otimistas, neutros ou apocalípticos. Neil Henry (2007) é um dos pesquisadores que apontam para um cenário em que o ocaso – ainda que parcial – dos modelos tradicionais da imprensa se apresenta como prejudicial ao bom funcionamento dos regimes democráticos. Sua tese mais importante talvez seja a de que o advento das novas tecnologias trouxe não apenas inovação e transformação, mas também o risco de que o jornalismo deixe de se apresentar como um dos pilares da investigação necessária à constante vigilância de governos e instituições em geral.

Sobre as possibilidades abertas pelas novas tecnologias, cabe recuperar a reflexão de Nelia Del Bianco, para quem “é legítimo afirmar que os aspectos centrais do paradigma jornalístico estão conquistando nova referencialidade, baseada em valores culturais da sociedade da informação” (2008, p. 8). O apontamento da autora é especialmente útil para

JORNALISMO EM AMBIENTES MULTIPLATAFORMA

evitar a simplificação de abordagens que tendiam a interpretar as novas configurações midiáticas como um processo de adaptação de rotinas e processos vigentes antes da disseminação da internet como plataforma jornalística. Uma análise mais contemporânea do jornalismo online deve situá-lo dentro dos procedimentos que são criados e atualizados a partir do universo das novas tecnologias da informação.

Diante desse cenário, surgem em vários países empresas e iniciativas jornalísticas que ocupam o vácuo deixado pela imprensa tradicional, que deixou de ter a exclusividade da seleção e organização das informações que serão levadas ao público. Nesse sentido, propomos um estudo sobre agências e grupos articulados de produção de conteúdo que começam a despontar no jornalismo digital brasileiro. Em nossa interpretação, esses produtores e difusores de informação configuram-se como uma espécie de nova imprensa alternativa. Emprestamos, aqui, um excerto da obra de Bernardo Kucinski, que define como imprensa alternativa os “pasquins irreverentes e panfletários” (2003, p. 21) que marcaram a história do Brasil em vários momentos, especialmente nos períodos em que houve repressão à atividade jornalística, como na última ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985.

Agência Pública

Para reforçar a nossa proposta, apresentamos um veículo jornalístico que tem se destacado, nos últimos anos, pela seriedade de suas coberturas e pelo comprometimento com uma temática de cunho social, geralmente com ênfase em questões relacionadas aos direitos humanos: a Agência Pública (www.apublica.org). Em nosso entendimento, a Agência Pública, entre outros projetos semelhantes, faz parte da real imprensa alternativa contemporânea, ou, como preferimos, “imprensa alternativa 2.0”, para reforçar a sinergia dessas novas práticas com as possibilidades abertas pelo ambiente digital. Essa ideia se aproxima das formulações de Kucinski, que caracterizou a imprensa alternativa existente durante a última ditadura militar no Brasil como um “pólo agregador da sociedade civil” (2003, p. 19) que operava a partir de organizações jornalísticas clandestinas e/ou assumidamente de esquerda.

As diferenças são muitas: as organizações atuais não são clandestinas, nem sempre (mas com frequência) se apresentam com o ideário da esquerda e as críticas ao regime político vigente são muito distintas da grita contra a ditadura do período de 1964 a 1985. Mas a ambição de agregar a sociedade em torno de ideais quase sempre relacionados aos direitos humanos permanece como marca de identificação.

JORNALISMO EM AMBIENTES MULTIPLATAFORMA

A partir dessas considerações, e para demonstrar a validade de nossa proposição, analisamos uma reportagem veiculada em 2015 e com temática relacionada à violência policial no Brasil: “Como se absolve um policial” (<http://apublica.org/2015/03/como-se-absolve-um-policial>), de João Peres, Moriti Neto e Thiago Domenici. O texto narra um episódio em que policiais militares acusados de crimes foram inocentados, com destaque para o assassinato de Dileone Lacerda de Aquino, ocorrido em 2011.

Prevalece na reportagem a ideia central de que as forças policiais de São Paulo praticam homicídios sem que haja ferramentas apropriadas de controle. De certa forma, os autores abrem mão de paradigmas como a imparcialidade. E avançam no sentido de trazer informações e depoimentos relevantes, ainda que bastante influenciados pela denúncia que compõe os textos.

O foco da investigação é a denúncia de um “auto de resistência” forjado pela Polícia Militar de São Paulo. Como em tantas outras ocasiões, policiais militares no exercício de suas funções executaram um cidadão detido pelas forças de segurança e, posteriormente, para encobrir o homicídio, apresentaram um relatório em que narravam uma suposta agressão cometida pelo preso, que teria sido revidada pelos policiais, resultando na morte do detento. Em um desdobramento incomum, uma testemunha relatou o que realmente havia ocorrido. E o relato deflagrou uma investigação sobre a conduta dos policiais. No desfecho do caso, os policiais foram levados a um júri popular que reconheceu o homicídio, mas inocentou os réus.

Uma das conclusões da reportagem é a crítica ao sistema judicial e ao senso comum de que criminosos podem e devem ser punidos com a morte, ainda que a pena capital inexistam em nosso código penal:

Essa é mais uma entre tantas histórias que não deixam dúvidas de que, para avançar no combate a ações ilegais de policiais, o país precisa acelerar a Justiça no sentido de que a impunidade não prevaleça e a criminalidade seja controlada sem violação dos direitos humanos. O que passa também por uma mudança de mentalidade da própria sociedade, representada no júri que absolveu os assassinos de Dileone (2015, *online*).

Ao avançar na apresentação de dados alarmantes sobre a violência policial, a reportagem se vale de opiniões sobre o tema proferidas por governantes e autoridades:

“Quem não reagiu está vivo”, disse o governador Geraldo Alckmin sobre uma operação da Rota em São Paulo, no ano de 2012, que terminou com a morte de nove pessoas. “A polícia é o melhor inseticida social”, disse o então comandante da PM do Rio de Janeiro, Marcus Jardim, depois de uma

JORNALISMO EM AMBIENTES MULTIPLATAFORMA

chacina na Vila Cruzeiro, onde outras nove pessoas morreram, como destacou o relatório da ONU de 2008 (2015, *online*).

As declarações ajudam a reforçar o conceito de que a violência (e a impunidade) de policiais não apenas é tolerada, como muitas vezes estimulada por lideranças que deveriam exercer a função de zelar pelo cumprimento das leis e garantir que pessoas sob custódia do poder público não sejam assassinadas. Mas o que sobressai, em nossa análise preliminar, é a crítica *per se*. Minimizada na imprensa tradicional, a cobertura que expõe as ilegalidades cometidas ou pronunciadas por governantes e autoridades é amplificada nas reportagens da nova imprensa alternativa brasileira.

Conclusões

O surgimento da internet trouxe novamente a necessidade de se discutir possibilidades de cobertura que extrapolem a produção de conteúdo dos veículos tradicionais. Nesse contexto, cabe discutir o surgimento de uma nova imprensa alternativa, não mais vinculada à luta política contra a ditadura, mas a temas que não encontram espaço em jornais e revistas com projetos editoriais já consolidados – e muitas vezes associados a partidos, governos e grupos econômicos.

A nova configuração traz a necessidade de atualizar a denominação para agrupar os veículos digitais que privilegiam a elaboração de reportagens vinculadas a uma temática muitas vezes deixada em segundo plano pela imprensa tradicional. A análise do texto citado corrobora a tese de Carlos Rogé Ferreira sobre a utilização da reportagem como espaço de ruptura em relação aos temas que o sistema da mídia tradicional não quer “ver nem discutir” (2003, p. 325). E justifica a identificação dos novos sites colaborativos e não vinculados aos grandes grupos midiáticos como a imprensa alternativa dos dias de hoje.

Referências

Del Bianco, Nelia (2008). *A internet como fator de mudança no jornalismo*: BOCC. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-internet-mudanca-jornalismo.pdf>>. Acesso em 28/12/2015.

Ferreira, Carlos R (2003). *Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas*: Edusp.

Henry, Neil (2007). *American Carnival: Journalism under Siege in an Age of New Media*: University of California Press

JORNALISMO EM AMBIENTES MULTIPLATAFORMA

Kucinski, Bernardo (2003). *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*: Edusp.

Peres, João; Neto, Moriti; Domenici, Thiago (2015). "Como se absolve um policial". Agência Pública. Disponível em <<http://apublica.org/2015/03/como-se-absolve-um-policial>>. Acesso em 28/12/2015.

White, David Manning (1950). "The "gate keeper": A case study in the selection of news". *Journalism Quarterly* 27: 383–391.